

**CONHECIMENTOS GERAIS/CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Cargo ou opção T44 - TÉCNICO LEGISLATIVO-AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA****Tipo gabarito 1**

001 - B	011 - A	021 - E	031 - C	041 - C	051 - A	061 - E
002 - D	012 - B	022 - D	032 - A	042 - A	052 - C	062 - B
003 - E	013 - E	023 - E	033 - C	043 - E	053 - D	063 - D
004 - A	014 - D	024 - E	034 - D	044 - A	054 - A	064 - E
005 - A	015 - C	025 - B	035 - A	045 - D	055 - D	065 - E
006 - C	016 - B	026 - E	036 - D	046 - B	056 - A	066 - B
007 - C	017 - D	027 - D	037 - B	047 - C	057 - A	067 - E
008 - E	018 - A	028 - B	038 - A	048 - B	058 - E	068 - A
009 - B	019 - B	029 - C	039 - C	049 - B	059 - C	069 - D
010 - D	020 - A	030 - E	040 - E	050 - E	060 - D	070 - A

**Concurso Público para provimento de vagas de  
Técnico-Legislativo  
Categoria Agente de Polícia Legislativa**

**JUSTIFICATIVAS DO GABARITO**

**Instruções:** Este documento contém o enunciado de todas as questões da prova deste cargo e as justificativas das respectivas alternativas corretas. Neste documento, as questões não estão propositalmente numeradas, mas seguem a sequência de questões da **Prova Tipo 1**. Para localizar cada questão no seu tipo de prova, consulte as questões completas no seu tipo de Caderno de Prova divulgado. Confira o gabarito relativo ao seu tipo de prova no documento específico divulgado.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*Com o tempo, um estudo muito aplicado fica inacessível para aqueles que não se dedicaram muito a ele. Por isso não entendemos de medicina, direito ou matemática...* (1º parágrafo)

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

A oração que se inicia com “Por isso” assinala uma consequência do que se afirmou antes: um estudo muito aplicado fica inacessível, por esse motivo não entendemos de medicina, direito e matemática.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*Então por mais que pareça um termo complicado, não existe nada de intrinsecamente difícil em “ideologia”.*

Mantendo-se as relações de sentido e a correção gramatical, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

A locução “por mais que” apresenta sentido concessivo. A frase se mantém correta com o uso da conjunção concessiva “embora”

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*...uma espécie de “forma” em que moldamos o mundo.* (1º parágrafo)

O segmento sublinhado acima pode ser corretamente substituído por:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

A forma *em que* (prep. + pron. relativo) equivale a “na qual”.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*Por conseguinte, está relacionada com a existência de classes sociais.* (2º parágrafo)

O termo sublinhado acima assinala no texto noção de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Locução consecutiva.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Mantendo-se a correção, o verbo destacado que pode ser flexionado em uma forma do singular, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, está em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Se o sujeito é representado por expressões do tipo “a maioria de”, o verbo irá para o singular ou plural.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

O verbo destacado deve sua flexão ao termo sublinhado em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Assinala-se o sujeito do verbo existir.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Está correta a redação da frase que se encontra em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

A frase não apresenta erros gramaticais.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere as afirmações abaixo.

- I. Pesquisadores acreditam que, no transcorrer da história humana, o canto tenha se manifestado antes do desenvolvimento da fala.
- II. O segmento sublinhado em *A passagem do extrativismo para a agricultura expressa noção de finalidade.*
- III. Mantendo-se as relações de sentido, o elemento sublinhado em *quando exposto ao belo, nosso encéfalo aumenta a atividade de áreas específicas relacionadas ao controle do estresse* pode ser substituído por “sempre que”.

Está correto o que se afirma APENAS em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

I. *Uma hipótese é que o canto tenha precedido a fala, assim como a pintura tenha antecedido a escrita.*

III. “Quando” pode ser substituído por “Sempre que” no contexto, sem prejuízo do sentido.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*O domínio das técnicas de produção de alimento foi determinante para que os seres humanos construíssem a base da civilização.*

Transpondo-se o segmento sublinhado acima para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

“para que a base da civilização fosse construída pelos seres humanos.”

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

A frase escrita com correção e coerência encontra-se em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

A redação não apresenta erros gramaticais.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*... nosso encéfalo aumenta a atividade de áreas específicas relacionadas ao controle do estresse.*

O verbo sublinhado acima possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento do que se encontra em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Ambos os verbos possuem objeto direto.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

As expressões estéticas são vitais para a mente humana e muitos consideram as expressões estéticas importantes para o processo de cura de certos males. Apesar de ainda haver hospitais que não disponibilizam expressões estéticas em suas dependências, profissionais da saúde incorporam expressões estéticas em seus tratamentos.

Os elementos sublinhados acima podem ser corretamente substituídos, na ordem dada, por:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Uso adequado dos pronomes oblíquos. Os pronomes pessoais oblíquos “as” apresentados na frase funcionam como objeto direto dos verbos “considerar”, “disponibilizar”, “incorporar”. O pronome indefinido “muitos” atrai o pronome / A palavra “não” atrai o pronome.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere as afirmações abaixo.

- I. Os verbos dos segmentos *o cinema estava morto* e *uma forma que ainda se desenvolvia* estão flexionados nos mesmos tempo e modo.
- II. “*A arte popular de uma era é muitas vezes a arte elevada da seguinte*”... (início do texto)  
O argumento acima embasa a ideia de que a televisão não é inferior ao cinema.
- III. *Por um tempo muito longo ela foi também considerada um assunto que não estava à altura do estudo acadêmico.* (1º parágrafo)

O elemento sublinhado acima refere-se ao termo “indústria”.

Está correto o que se afirma APENAS em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

- I. Estava e desenvolvia estão flexionados no pretérito imperfeito.
- II. O que se afirma está condizente com as ideias do texto.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

*Hoje, graças à internet e a novas tecnologias, surgem novos padrões de atenção.*

O elemento que, no contexto, possui a mesma função sintática do sublinhado acima encontra-se também sublinhado em:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Os termos sublinhados constituem o sujeito da frase.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

O verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do *plural* para preencher corretamente a lacuna da frase:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Concordância correta: Mudanças podem indicar.

**NOÇÕES DE PROCESSO LEGISLATIVO****ENUNCIADO DA QUESTÃO**

É passível de sanção ou veto o projeto de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Os projetos de Lei Complementar e ordinária seguem para sanção ou veto do governador. Artigo 23, parágrafo 1º, da LC 13/96.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

O controle externo contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal é exercido pela Câmara Legislativa com auxílio

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 77 e 78 da LODF.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

É atribuição da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 63, inciso III, “c”, do RICLDF.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Compete privativamente ao Distrito Federal:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 15, Inc. XV, primeira parte, LODF.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Quanto às sessões preparatórias da Câmara Legislativa, são as

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 99, inciso I, do RICLDF.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

A autorização para a instauração de processo criminal contra deputado distrital dar-se-á por meio de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 21, parágrafo 1º, inciso II, alínea "c", da LC 13/96.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Suponha um projeto de lei que esteja em desacordo com a técnica legislativa e que contenha vício de linguagem. Este deverá

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 63, parágrafo 2º, RICLDF.

---

**REALIDADE DO DISTRITO FEDERAL****ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Segundo o Censo de 2010, a população do Distrito Federal

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

O número apresentado pelo Censo era de 3.724.181 habitantes. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/panorama>.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

A data de 30 de novembro corresponde, no âmbito do Distrito Federal, ao feriado comemorativo

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme Lei n. 963, de 4 dez. 1995.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Apesar da celebrada redução da criminalidade no Distrito Federal, observada pela Secretaria de Segurança Pública em 2017, os Estados Unidos da América do Norte divulgaram lista das áreas de risco a serem evitadas no Brasil, mencionando quatro regiões administrativas do Distrito Federal:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme matéria amplamente divulgada na imprensa local. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/eua-pedem-a-americanos-que-evitem-quatro-regioes-do-df-por-questoes-de-seguranca.ghtml>.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Órgão superior de consulta do governador do Distrito Federal, o Conselho de Governo, por ele presidido, tem ainda, dentre seus membros,

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme Lei Orgânica do Distrito Federal, art. 108.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Os primeiros habitantes da cidade de Brasília ficaram conhecidos com o nome de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme portal do IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/historico>.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Misto de oca e disco voador, o Memorial Darcy Ribeiro, localizado no *campus* da Universidade de Brasília e inaugurado em 2010, foi projetado pelo arquiteto

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme portal do Memorial Darcy Ribeiro. Disponível em: <http://www.fundar.org.br/fundacao/abre.php? abre=43>.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Renato Russo liderou a famosa banda de *rock* brasileiro

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme matéria publicada no *Correio Braziliense* em 21 abr. 2017, sob o título "De Legião à Scalene: rock sempre balançou a capital federal". Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/especiais/made-in-brasilia/2017/04/21/noticia-especial-madeinbrasilia,590161/de-legiao-a-scalene-rock-sem-pre-balancou-a-capital-federal.shtml>.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

O Memorial JK, onde estão depositados documentos e objetos que pertenceram a Juscelino Kubitschek e sua esposa, foi

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Conforme portal da instituição. Disponível em: <http://www.memorialjk.com.br/>.

---

**NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL****ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que João foi nomeado para cargo em comissão de autarquia distrital. Na data de sua posse sobreveio informação de que o empossando havia sido condenado definitivamente pela prática de ato tipificado como causa de inelegibilidade prevista na legislação eleitoral, decisão publicada em data imediatamente anterior à nomeação. Nesta situação, o ato de nomeação

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com artigo 5º, §3º, da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Para fins da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, as funções de confiança

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com artigo 6º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

A Lei Complementar Distrital nº 840/2011 estabelece requisitos básicos para investidura em cargo público, que devem ser comprovados por ocasião

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com o §3º do art. 7º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

No âmbito dos Estados, a nomeação é uma das formas de provimento de cargo público, que compete ao Governador do Estado

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com artigo 9º e 10, I, da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que o Distrito Federal tenha realizado concurso público para provimento de cargos efetivos junto à Administração pública direta, a serem exercidos em uma secretaria específica. O edital do referido certame reservou 2% das vagas para serem preenchidas por pessoas com deficiência.

No prazo estabelecido, o edital foi impugnado sob o fundamento de ofensa à Lei que estabelece o percentual mínimo de vagas destinadas a pessoas com deficiência. A impugnação

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com artigo 12 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que José, aprovado em concurso público, foi nomeado por ato do Governador do Distrito Federal, publicado no Diário Oficial do dia 25 de junho de 2018. Nos termos da Lei Complementar Distrital nº 840/2011, a posse de José

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com os §§1º e 2º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que servidor civil titular de cargo efetivo do Distrito Federal ausentou-se habitualmente de suas funções de forma a caracterizar a infração disciplinar definida como inassiduidade habitual. Referido servidor, se condenado, pode ter contra si aplicada validamente a pena de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com art. 193, I, "b", c.c. art. 202, ambos da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que Antônio, servidor público efetivo do Distrito Federal, responde, pelos mesmos fatos, a processo administrativo disciplinar e também a processo penal. Considere que no curso do processo administrativo disciplinar Antônio foi absolvido, por falta de provas, da acusação criminal, decisão da qual ainda pende recurso. Antônio, em alegações finais apresentadas no processo administrativo disciplinar, pleiteou o sobrestamento do processo administrativo e, alternativamente, sua absolvição, com fundamento na decisão proferida pela justiça criminal. A alegação de defesa

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se. Vigê o princípio da independência das instâncias, razão pela qual o processo administrativo pode ser instaurado mesmo antes do processo criminal, não havendo obrigação de sobrestamento. Por fim, a sentença absolutória criminal somente se comunica nas hipóteses de negativa de fato ou de autoria, após o trânsito em julgado, conforme art. 181 da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que tenha chegado ao conhecimento da Administração pública do Distrito Federal que servidor dos seus quadros praticou infração disciplinar punível, em tese, com demissão. Para instaurar validamente o processo administrativo disciplinar correlato, a Administração tem o prazo

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com o artigo 208, I e § 1º da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere hipoteticamente que Pedro, servidor público civil do Distrito Federal titular de cargo em comissão, tenha cometido ato definido como infração disciplinar. Considere que foi instaurado para apuração dos fatos o competente processo disciplinar no curso do qual, após laudo exarado por junta médica, constatou-se a insanidade mental de Pedro. Pela infração disciplinar cuja autoria e materialidade restaram suficientemente comprovadas, Pedro

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com o artigo 209, I, da Lei Complementar Distrital nº 840/2011.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO****ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considerando um ato administrativo o qual, contaminado por vício, tornou-se ilegal, ressalvada a apreciação judicial e respeitados os direitos adquiridos, a Administração

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com a Lei Federal nº 9784/1999, artigo 53, bem como com a Súmula 473 do STF: "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvadas em todos os casos, a apreciação judicial".

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Wallace reside com sua família, desde novembro de 1999, ininterruptamente e sem oposição, em imóvel público de 270 m<sup>2</sup>, situado em área com características e finalidade urbanas. Nesse diapasão, Wallace, em relação ao aludido imóvel,

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Os bens públicos são protegidos pela impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade. Não estão, dessa forma, sujeitos à aquisição compulsória por usucapião, na forma do artigo 183, § 3º, da Constituição Federal, que expressamente tutela a imprescritibilidade dos imóveis públicos.

### **ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Carlos é engenheiro e está realizando um projeto para a construção de um edifício em terreno de sua propriedade. Para a concretização desse projeto, desde que Carlos satisfaça as exigências das normas edilícias, será outorgado pela Prefeitura alvará de

### **JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com a doutrina de Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 26ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, páginas 130-131.: "Alvará é o instrumento da licença ou da autorização para a prática de ato, realização de atividade ou exercício de direito dependente de policiamento administrativo. (...) O alvará pode ser definitivo ou precário: será definitivo e vinculante para a Administração quando expedido diante de um direito subjetivo do requerente como é a edificação, desde que o proprietário satisfaça todas as exigências edilícias; será precário e discricionário se a Administração o concede por liberalidade, desde que não haja impedimento legal para a sua expedição, como é o alvará de porte de arma ou de uso especial de um bem público. (...) Ambos são meio de atuação do poder de polícia, mas com efeitos fundamentalmente diversos, porque o alvará de autorização pode ser revogado sumariamente, a qualquer tempo, sem indenização, ao passo que o alvará de licença não pode ser invalidado discricionariamente (...).

Também, de acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, *in* **Direito Administrativo**. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005. pp. 220 e 225.

---

### **ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considerando que Rita é servidora que ocupa cargo público efetivo e João é advogado, servidor de carreira não efetivo no serviço público, conforme o tratamento constitucional dado aos servidores públicos, levando em conta apenas os dados ora apresentados, é correto afirmar que

### **JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com a Constituição Federal, artigo 37, inciso V, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

---

### **ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Para o Direito Administrativo, *poder disciplinar* é aquele que

### **JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com Maria Sylvia Zanella di Pietro, Direito Administrativo, 19ª ed. pp. 105 e 106, poder disciplinar é o poder que a Administração Pública exerce para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

---

### **ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Gilda foi nomeada para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público e o exerce efetivamente há quatro anos. Em conformidade com a Constituição Federal, Gilda

### **JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com a Constituição Federal, artigo 41, *caput* e incisos I, II e III e § 4º, São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, sendo que, como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade, e ressaltando-se que o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado; mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; e mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

---

### **ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Felipe foi processado e condenado por prática de crime, por decisão judicial transitada em julgado, tendo cumprido a respectiva pena de privação de liberdade. Contudo, a condenação de Felipe se deu por erro judiciário. Diante dessa situação, considerando apenas os dados ora fornecidos, Felipe

### **JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Em conformidade com a Constituição Federal, art. 5º, LXXV, o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

Em relação ao regime de previdência de caráter contributivo e solidário assegurado aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, considere:

- I. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria, sob dito regime, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal.
- II. O servidor que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará *jus* a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória.
- III. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
- IV. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

Em conformidade com a Constituição Federal, artigo 40:

- I. correta: Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência contributivo e solidário.
- II. correta: O servidor titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade fará *jus* a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória. (§19)
- III. correta: Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. (§13)
- IV. correta: Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. (§2º)

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

À vista das disposições constitucionais, os direitos e garantias fundamentais

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

De acordo com o artigo 5º, § 2º, da Constituição Federal, os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

---

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

Saulo, empregado sindicalizado, foi dispensado, sem justa causa, da empresa onde trabalhava, nove meses após o término do exercício do mandato de cargo de direção no sindicato de sua categoria. Na mesma empresa trabalhou Jacira, também sindicalizada, que foi dispensada, sem justa causa, dois dias após o registro de sua candidatura a cargo de direção no sindicato da sua categoria. De acordo com a Constituição Federal, a dispensa de Saulo

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

De acordo com o artigo 8º, VIII, da Constituição Federal, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

---

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

De acordo com a Constituição Federal, compete

- I. à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- II. privativamente à União legislar sobre direito civil, penal, eleitoral e do trabalho.
- III. concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre desapropriação.
- IV. privativamente à União zelar pela guarda da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma APENAS em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 21, XIV, da Constituição Federal, compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal. E, de acordo com o art. 22, I, da CF, compete privativamente à União legislar sobre direito civil, penal, processual, eleitoral e do trabalho, dentre outros.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Suponha que o Procurador-Geral da República pretenda apresentar projeto de lei ordinária federal que modifique o efetivo das Forças Armadas e o Presidente da República, a seu turno, pretenda apresentar projeto de lei complementar federal que disponha sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para reserva. De acordo com a Constituição Federal, com relação aos projetos que pretendem apresentar, a iniciativa da lei caberá, nos dois casos,

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 61, *caput*, da Constituição Federal, a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe, dentre outros, ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República. Entretanto, de acordo com o § 1º, são de iniciativa privativa do Presidente as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas (inciso I) e, as que disponham sobre militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva (inciso II, alínea f).

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Ao dispor sobre a titularidade e forma de exercício do poder político, a Constituição Federal estabelece que todo poder emana

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 1º, parágrafo único, da CF, todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da CF.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

De acordo com a Constituição Federal, considerando apenas os dados aqui fornecidos, o servidor público ocupante, há cinco anos, de cargo efetivo da Administração direta, que se eleger Deputado Distrital, durante o exercício de seu mandato,

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 38, I, da CF, o servidor público da administração direta, no exercício de mandato eletivo, tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função e, o inciso IV do mesmo dispositivo diz que, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Jaime exerce o cargo remunerado de professor público em determinada instituição de ensino, no período matutino e, após aprovação em concurso público, nos termos da lei, pretende exercer também o mesmo cargo remunerado em uma outra instituição pública de ensino, no período noturno. Sua esposa, Rosa, exerce cargo público científico remunerado no período vespertino e tem interesse em prestar concurso para exercer também cargo remunerado de professora em uma instituição pública de ensino superior no período noturno. Com base apenas nas informações fornecidas e de acordo com a Constituição Federal, obedecidos os limites remuneratórios eventualmente aplicáveis, a acumulação de cargos pretendida é

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 37, XVI, da CF, a acumulação remunerada de cargos públicas é permitida quando houver compatibilidade de horários nos casos de dois cargos de professor (alínea "a") e a de um cargo de professor com outro técnico ou científico (alínea "b").

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

De acordo com o texto da Constituição Federal, com relação ao direito de greve, é correto afirmar que

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

De acordo com o artigo 9º *caput*, da CF, é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender, estabelecendo, ainda, seu § 1º, que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

## NOÇÕES DE DIREITO PENAL

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

De acordo com o que estabelece o Código Penal,

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

Art. 23, III, do CP.

---

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

Considerando o que dispõe a Lei nº 11.343/2006 que, dentre outras funções, instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas,

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

Art. 45, da Lei nº 11.343/06.

---

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

De acordo com o que dispõe o Código Penal acerca dos crimes contra a vida e a integridade física, considere:

- I. Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça somente será crime, em tese, se o suicídio se consumir ou, ainda, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.
- II. Se o agente comete o crime de homicídio impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- III. É qualificado o homicídio se cometido para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
- IV. Não se pune o aborto praticado por médico se não há outro meio de salvar a vida da gestante.
- V. Provocar aborto em si mesma é tipificado na lei como crime de infanticídio.

Está correto o que se afirma APENAS em

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

- I. art. 122, CP.
  - III. art. 121, §3º, V, CP.
  - IV. art. 128, I, CP.
- 

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.069/1990, são medidas de proteção à criança e ao adolescente, a eles aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente lhes forem ameaçados ou violados:

### JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA

A alternativa traz apenas hipóteses de medidas protetivas, aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente lhes forem ameaçados ou violados. Art. 101, do ECA.

---

## NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

### ENUNCIADO DA QUESTÃO

De acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal acerca da competência, considere:

- I. Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- II. Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
- III. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- IV. Se o réu não tiver residência certa ou for ignorado o seu paradeiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

- v. A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento, ainda que haja concurso entre a jurisdição comum e a militar.

Está correto o que se afirma APENAS em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

- I. art. 73, CPP.  
II. art. 72, *caput*, CPP.  
III. art. 72, § 1º, CPP.
- 

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

O inquérito policial

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 12, CPP.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Sobre a prisão, o Código de Processo Penal dispõe:

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Art. 289-A, § 1º, CPP.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considere:

- I. A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos.  
II. Não será concedida fiança nos crimes de injúria racial.  
III. A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade, todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da instrução criminal e para o julgamento.  
IV. A fiança poderá ser prestada enquanto não transitar em julgado a sentença condenatória.  
V. No caso de perda da fiança, o seu valor, deduzidas as custas e mais encargos a que o acusado estiver obrigado, será destinado à reparação do dano sofrido pela vítima ou seus herdeiros.

Está correto o que se afirma APENAS em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

- I. correta, art. 322, *caput*, do CPP.  
III. correta, art. 327, do CPP.  
IV. correta, art. 334, do CPP.
- 

**NOÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Conforme estabelece a Resolução da CLDF nº 223/2006, que dispõe sobre a Coordenadoria de Polícia da Câmara Legislativa, estrutura, competência e atribuições dos Inspectores de Polícia e Agentes de Polícia Legislativa, os servidores que prestam serviços à Coordenadoria de Polícia Legislativa terão seus trabalhos disciplinados por meio de Normas Gerais de Ação – NGA, a serem regulamentadas

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Resolução da CLDF nº 223/2006, artigo 12.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

De acordo com a Resolução da CLDF nº 223/2006, considerando-se as exigências legais previstas, é livre o porte de arma de uso permitido no território do Distrito Federal aos Inspectores e Agentes de Polícia Legislativa, mediante prévia autorização do

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Resolução da CLDF nº 223/2006, Artigo 8º.

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Nos termos da Resolução da CLDF nº 223/2006, entre outras, são consideradas atividades típicas de Polícia da Câmara Legislativa:

- I. a segurança do Presidente da Câmara Legislativa, em qualquer localidade do território nacional.
- II. a segurança dos Deputados Distritais, servidores e visitantes, nas dependências sob a responsabilidade da Câmara Legislativa.
- III. a segurança dos Deputados Distritais, servidores e quaisquer pessoas que eventualmente estiverem a serviço da Câmara, em qualquer localidade do território nacional, quando determinado pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- IV. o policiamento nas dependências da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Está correto o que consta em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Resolução da CLDF nº 223 de 2006, art. 2º incisos I a IV.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

A Lei nº 11.473/2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública, estabelece que se forem insuficientes os convênios firmados entre a União e os entes federados para suprir a previsão do efetivo da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), e em face da necessidade de excepcional interesse público, as atividades de cooperação federativa no âmbito da segurança pública poderão ser desempenhadas, em caráter voluntário, entre outros, por

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.

Art. 5º § 1º, I.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

No que se refere à Lei nº 4.878/1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal, considere:

- I. A pena de repreensão será sempre aplicada por escrito nos casos em que, a critério da Administração, a transgressão seja considerada de natureza leve, e deverá constar do assentamento individual do funcionário.
- II. A pena de suspensão, que não excederá noventa dias, será aplicada em caso de falta grave ou reincidência.
- III. A pena de demissão, entre outros casos, será aplicada quando se caracterizar crimes contra os costumes e contra o patrimônio, que, por sua natureza e configuração, sejam considerados como infamantes, de modo a incompatibilizar o servidor para o exercício da função policial.
- IV. Na aplicação das penas disciplinares serão considerados, entre outros, a natureza da transgressão; sua gravidade e as circunstâncias em que foi praticada; os danos dela decorrentes para o serviço público; a repercussão do fato; os antecedentes do funcionário e a reincidência.

Está correto o que se afirma em

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Lei nº 4.878/1965.

Artigos: 46, 47, 48, inciso I e Art. 45, incisos I a V.

---

**ENUNCIADO DA QUESTÃO**

Considerando o que estabelece a Lei nº 9.266/1996, que reorganiza as classes da Carreira Policial Federal e dá outras providências, são responsáveis pela direção das atividades do órgão e exercem função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado, os ocupantes do cargo de

**JUSTIFICATIVA DA RESPOSTA CORRETA**

Lei nº 9.266/1996 – Parágrafo Único do Art. 2º – A.